

# RELATÓRIO ANUAL

# 2025

CONTRATO DE GESTÃO

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ  
OS-MCTI

## PARTE III

## SUMÁRIO

1. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE .....	6
2. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	12
3. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	17
3.1. Contexto operacional (Nota Explicativa 01) .....	17
3.2. Base de preparação. (Nota Explicativa 02) .....	19
3.3. Principais políticas contábeis. (Nota Explicativa 03) .....	20
3.4. Caixa e equivalente de caixa. (Nota Explicativa 04) .....	28
3.5. Recursos vinculados a projetos. (Nota Explicativa 05) .....	28
3.6. Créditos a receber. (Nota Explicativa 06) .....	29
3.7. Imobilizados. (Nota Explicativa 07) .....	30
3.7.1. Avaliação das Vidas Úteis Econômicas dos Bens do Imobilizado .....	31
3.8. Intangível. (Nota Explicativa 08) .....	31
3.9. Obrigações sociais e trabalhistas (Nota Explicativa 09) .....	32
3.10. Outras contas a pagar (Nota Explicativa 10) .....	32
3.11. Obrigações com recursos de projetos. (Nota Explicativa 11) .....	33
3.12. Investimentos com Recursos de Projetos. (Nota Explicativa 12) .....	33
3.13. Patrimônio líquido. (Nota Explicativa 13) .....	34
3.13.1. Patrimônio social .....	34
3.13.2. Superavit ou Deficit acumulado .....	34
3.14. Processos judiciais e contingências. (Nota Explicativa 14) .....	34
3.15. Receita operacional líquida (Nota Explicativa 15) .....	34
3.16. Custos das atividades (Nota Explicativa 16) .....	35
3.17. Despesas com pessoal (Nota Explicativa 17) .....	36
3.18. Despesas gerais e administrativas (Nota Explicativa 18) .....	37
3.19. Despesas tributárias (Nota Explicativa 19) .....	37
3.20. Outras receitas e despesas (Nota Explicativa 20) .....	38

3.21. Resultado financeiro líquido (Nota Explicativa 21) .....	38
3.22. Instrumentos financeiros (Nota Explicativa 22) .....	39
3.22.1. Risco de crédito .....	39
3.23. Informações sobre a gestão financeira do contrato de gestão (Nota Explicativa 23) .....	40
3.24. Cobertura de seguros (Nota Explicativa 24) .....	41
3.25. Eventos subsequentes .....	41
3.26. Autorização para emissão das demonstrações contábeis .....	42
4. RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DA AUDITORIA INDEPENDENTE .....	43

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Balanços Patrimoniais. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. (Em Reais) .....	12
Tabela 2. Demonstrações de resultados. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. (Em Reais) .....	13
Tabela 3. Demonstrações de resultados abrangentes. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. (Em Reais) .....	14
Tabela 4. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais) .....	15
Tabela 5. Demonstração dos fluxos de caixa. Método indireto. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais) .....	16
Tabela 6. Caixa e equivalente de caixa .....	28
Tabela 7. Recursos Vinculados a Projetos .....	28
Tabela 8. Composição por projeto .....	28
Tabela 9. Créditos a receber .....	29
Tabela 10. Imobilizado .....	30
Tabela 11. Intangível .....	31
Tabela 12. Obrigações sociais e trabalhistas .....	32
Tabela 13. Outras contas a pagar .....	32
Tabela 14. Obrigações com recursos de projetos .....	33
Tabela 15. Investimentos com recursos de projetos .....	34
Tabela 16. Patrimônio social .....	34
Tabela 17. Receita operacional líquida .....	35
Tabela 18. Custos das atividades .....	35
Tabela 19. Despesas com pessoal .....	36
Tabela 20. Despesas gerais e administrativas .....	37
Tabela 21. Despesas tributárias .....	37
Tabela 22. Outras receitas e despesas .....	38

Tabela 23. Resultado financeiro líquido .....	38
Tabela 24. Exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras.....	39
Tabela 25. Demonstrativo das receitas e despesas relacionadas ao Contrato de Gestão.....	40
Tabela 26. Cobertura de seguros contra riscos operacionais em 31 de dezembro de 2025.....	41

## **1. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ**  
(CNPJ nº 03.119.820/0001-95)

**Relatório do auditor independente**

**Demonstrações contábeis**  
**Em 31 de dezembro de 2025**

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ**  
(CNPJ nº 03.119.820/0001-95)

**Demonstrações contábeis**  
**Em 31 de dezembro de 2025**

**Conteúdo**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis****Balancos patrimoniais****Demonstrações do resultado****Demonstrações do resultado abrangente****Demonstrações das mutações do patrimônio líquido****Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto****Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**Tel.: +55 92 3342 0010  
Fax: + 55 92 3342 0119  
www.bdo.com.brAv. Jornalista Humberto Calderaro Filho, 455  
Edifício Cristal Tower - Sala 615 e 616  
Adrianópolis - Manaus, AM - Brasil 69057-060**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS**

Aos  
Conselheiros e Diretores do  
**Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá**  
Manaus - AM

**Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá ("Instituto")** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



### **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### **Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2024**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3.1 às demonstrações contábeis, que descreve a reapresentação das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, decorrente da retificação de erro relacionado ao reconhecimento de receita de convênio em período anterior.

Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

BDO RCS Auditores Independentes 55 Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

3



Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Manaus, 13 de fevereiro de 2026.



**BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.**  
**CRC 2 AM 000639/O-2**



**João Domingos da Rosa**  
**Contador CRC 1 SP 159332/O-T - S - AM**



## 2. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Tabela 1. **Balancos Patrimoniais.** CNPJ: 03.119.820/0001-95. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. (Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2025	2024 (Reapresentado)		Nota explicativa	2025	2024 (Reapresentado)
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa equivalente de caixa	4	5.082.770,67	3.989.730,26	Fornecedores		37.412,40	186.447,71
Recursos vinculados a convênios	5	19.708.875,97	36.976.641,45	Obrigações sociais e trabalhistas	9	2.148.191,39	2.145.915,08
Créditos a receber	6	2.977.925,27	625.140,00	Obrigações tributárias		34.971,17	19.483,14
Estoques		51.540,67	18.800,35	Outras contas a pagar	10	1.102.727,72	608.418,47
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>27.821.112,58</b>	<b>41.610.312,06</b>	Obrigações com recursos dos projetos	11	19.493.261,58	34.731.332,41
<b>Não circulante</b>				<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>22.816.564,26</b>	<b>37.691.596,81</b>
Créditos judiciais		58.152,83	44.339,00	<b>Não circulante</b>			
Imobilizado	7	28.780.426,17	25.752.454,02	Outras contas a pagar (longo prazo)		146.953,01	44.339,00
Intangível	8	141.148,46	90.845,85	Investimentos com recursos dos projetos	12	26.790.083,96	23.583.996,68
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>28.979.727,46</b>	<b>25.887.638,87</b>	<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>26.937.036,97</b>	<b>23.628.335,68</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio Social	13	6.178.018,44	5.164.658,96
				Superávit/(Déficit) acumulado	13	869.220,37	1.013.359,48
				<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>7.047.238,81</b>	<b>6.178.018,44</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>56.800.840,04</b>	<b>67.497.950,93</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>56.800.840,04</b>	<b>67.497.950,93</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

JOÃO VALSECCHI DO AMARAL  
Diretor Geral

JOYCIMARA ROCHA DE SOUSA FERREIRA  
Diretora Administrativa

NIZETE DE LIMA CAMPELO  
Contadora: CRCAM: 010141/O-0





Tabela 2. Demonstrações do Resultado do Exercício.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. (Em Reais)

		(Reapresentada)	
	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	15	47.925.019,70	41.645.547,80
(-) Custo das atividades	16	(35.637.436,67)	(30.920.437,99)
<b>Superávit bruto</b>		<b>12.287.583,03</b>	<b>10.725.109,81</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com pessoal	17	(3.900.081,94)	(3.421.312,40)
Despesas gerais e administrativas	18	(7.122.101,28)	(5.687.389,05)
Despesas tributárias	19	(1.080.548,76)	(1.034.118,98)
<b>Superavit/(Deficit) operacional</b>		<b>184.851,05</b>	<b>582.289,38</b>
<b>Outras receitas e despesas</b>			
Doações e patrocínios recebidos	20	77.587,41	159.760,27
Alienação de bens do ativo imobilizado	20	7.402,00	1.097,00
Outras despesas	20	(1.384,35)	(150,14)
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>83.605,06</b>	<b>160.707,13</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	21	736.750,21	423.872,04
Despesas financeiras	21	(135.985,95)	(153.509,07)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>600.764,26</b>	<b>270.362,97</b>
<b>Superávit líquido do exercício</b>		<b>869.220,37</b>	<b>1.013.359,48</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

JOÃO VALSECCHI DO AMARAL  
Diretor Geral

JOYCIMARA ROCHA DE SOUSA FERREIRA  
Diretora Administrativa

NIZETE DE LIMA CAMPELO  
Contadora: CRCAM: 010141/O-0



Tabela 3. **Demonstrações do Resultados Abrangentes.**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. (Em Reais).

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
<b>Superavit liquido do exercício</b>		869.220,37	1.013.565,11
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>869.220,37</b>	<b>1.013.565,11</b>
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			

JOÃO VALSECCHI DO AMARAL  
Diretor Geral

JOYCIMARA ROCHA DE SOUSA FERREIRA  
Diretora Administrativa

NIZETE DE LIMA CAMPELO  
Contadora: CRCAM: 010141/O-0



Tabela 4. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. (Em Reais).

	Patrimônio Social	Superavit/(Deficit) acumulado	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5.228.880,77</b>	<b>(497.897,42)</b>	<b>4.730.983,35</b>
Incorporação do superávit acumulado	(497.897,42)	497.897,42	-
Superávit líquido do exercício	-	433.675,61	<b>433.675,61</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>4.730.983,35</b>	<b>433.675,61</b>	<b>5.164.658,96</b>
Incorporação do superávit acumulado	433.675,61	(433.675,61)	-
Superávit líquido do exercício	-	1.013.359,48	<b>1.013.359,48</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>5.164.658,96</b>	<b>1.013.359,48</b>	<b>6.178.018,44</b>
Incorporação do superávit acumulado	1.013.359,48	(1.013.359,48)	-
Superávit líquido do exercício	-	869.220,37	<b>869.220,37</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>6.178.018,44</b>	<b>869.220,37</b>	<b>7.047.238,81</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

JOÃO VALSECCHI DO AMARAL  
Diretor Geral

JOYCIMARA ROCHA DE SOUSA FERREIRA  
Diretora Administrativa

NIZETE DE LIMA CAMPELO  
Contadora: CRCAM: 010141/O-0

Tabela 5. **Demonstração dos Fluxos de Caixa.** Método indireto.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. (Em Reais).

	2025	2024
<b>Superávit líquido do exercício</b>	<b>869.220,37</b>	<b>1.013.565,11</b>
<b>Itens que não afetam o caixa operacional</b>		
Depreciação e amortização	1.817.350,80	1.520.559,92
Baixas do imobilizado e intangível	150.030,14	114.292,90
Correção de saldo do convênio	-	-
	<b>2.836.601,31</b>	<b>2.648.417,93</b>
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>		
Recursos vinculados a convênios	17.267.765,48	2.065.128,28
Créditos a receber	(2.352.785,27)	648.535,11
Estoque	(32.740,32)	(18.800,35)
Depósitos judiciais	(13.813,83)	(11.467,96)
Fornecedores	(149.035,31)	71.977,80
Obrigações sociais trabalhistas	2.276,31	459.033,85
Obrigações tributárias	15.488,03	5.157,55
Outras contas a pagar	494.309,25	(371.708,02)
Obrigações com recursos de convênios	(15.135.456,82)	(1.817.930,17)
Depósitos judiciais	3.206.087,28	11.467,96
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>3.302.094,80</b>	<b>1.041.394,05</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de Imobilizado	(5.045.655,70)	(3.596.940,82)
Aquisições de Intangível	-	-
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(5.045.655,70)</b>	<b>(3.596.940,82)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.093.040,41</b>	<b>92.871,16</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.989.730,26	3.896.859,10
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.082.770,67	3.989.730,26
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.093.040,41</b>	<b>92.871,16</b>
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.		

JOÃO VALSECCHI DO AMARAL  
Diretor GeralJOYCIMARA ROCHA DE SOUSA FERREIRA  
Diretora AdministrativaNIZETE DE LIMA CAMPELO  
Contadora: CRCAM: 010141/O-0





### 3. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM REAIS)

#### 3.1. Contexto operacional (Nota Explicativa 01)

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS (o “Instituto”) é uma Entidade de direito privado, sem fins lucrativos, legalmente constituída em 23 de abril de 1999, inscrita sob o CNPJ nº 03.119.820/0001-95, devidamente qualificada como Organização Social (OS) através do Decreto Presidencial de 4 de junho de 1999, e estabelecida na Estrada do Bexiga, nº 2.584 - Bairro Fonte Boa, Município de Tefé, no Estado do Amazonas.

Sua Missão é promover pesquisa científica sobre a biodiversidade, manejo e conservação dos recursos naturais da Amazônia de forma participativa e sustentável.

Para cumprir sua missão, o IDSM tem por objetivos:

- Desenvolver, incentivar, coordenar, executar e administrar a realização de projetos que objetivem a conservação e, especialmente, a preservação de ecossistemas alagáveis;
- Promover o desenvolvimento sustentável em articulação com as populações locais;
- Arregimentar e gerir fundos econômicos e financeiros legais, provenientes de doações de indivíduos e/ou entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, para o cumprimento da missão;
- Promover estudos e pesquisas sobre biodiversidade, conservação, manejo e o uso sustentável dos recursos naturais;
- Realizar pesquisas de natureza básica, aplicada e tecnológica nas áreas de sua competência e afins;
- Proporcionar e contribuir para o treinamento científico e tecnológico de recursos humanos para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, nas áreas de sua competência e afins;
- Apoiar e cooperar com entidades públicas e/ou privadas, que tenham por objetivo a conservação e a preservação da biodiversidade;
- Desenvolver programas educacionais, priorizando as questões ambientais nos ecossistemas alagáveis da Amazônia;
- Promover eventos, cursos e treinamentos com temas relacionados a sua missão;
- Promover inovação em tecnologias sociais e sustentáveis.
- Disponibilizar apoio institucional às empresas intensivas em tecnologia através de acordos e convênios a serem firmados com instituições e entidades de ensino, pesquisa e desenvolvimento, notadamente no que se relacione com o acesso à informação, documentação, instalações



- laboratoriais e desenvolvimento de novos produtos ou processos;
- Experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito.

As normas e regulamentos do IDSM são definidos por seu conselho de administração, e as atividades da instituição são guiadas e acompanhadas por metas e prazos pactuados em contratos de gestão com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O primeiro contrato de gestão, publicado no Diário Oficial da União no dia 23 de março de 2001, foi renovado em duas ocasiões, 2006 e 2010. Outra renovação era prevista para junho de 2016, porém vinha sendo prorrogada desde então. Somente em 20 de abril de 2021 foi assinado o novo contrato e publicado no Diário Oficial da União no dia 23 de abril de 2021, com vigência até 2030. Os recursos destinados ao custeio das atividades do IDSM são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI. Vide informações sobre a gestão financeira do referido Contrato na Nota Explicativa nº 23.

Além dos recursos provenientes do Contrato de Gestão, o Instituto tem firmado contratos e convênios com outras instituições de fomento.

Em 2025 assinou dois convênios com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP para executar o projeto Pesquisa Socioambiental e Centro de Análise Integrada de Dados da Amazônia e o projeto Coleções Biológicas do Instituto Mamirauá: Uma Janela para a Biodiversidade da Amazônia.

Ainda em 2025 assinou com a Associação Conservação da Vida Silvestre – WCS, o convênio com o objetivo de implementar a Aliança das Águas da Amazônia, voltada à mobilização de conhecimentos e ações colaborativas para conservar a integridade e a conectividade dos ecossistemas de água doce da Amazônia e avançar na designação de 3 milhões de hectares de terras de florestas públicas não designadas.

Em 2024 assinou com a *Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO* o Projeto (EAP), “Fortalecendo processos de manejo participativo de recursos naturais para o desenvolvimento econômico sustentável, a conservação da biodiversidade e a manutenção de estoques de carbono em áreas alagáveis da Amazônia” (GEF7).

Em 2023 assinou contrato com o Fundo Vale para execução do projeto “Fortalecimento da gestão de recursos pesqueiros para proteção e desenvolvimento territorial em unidades de conservação de uso sustentável da Amazônia Central”.

Com o Comitê Olímpico Brasileiro-COB, assinou contrato de prestação de serviços de replantio, recuperação florestal e monitoramento da biodiversidade.

Desde 2018 o IDSM tem firmado convênio com a Fundação Gordon Moore, no âmbito do projeto Providence. Em 2024 assinou novo contrato para, até 2027, garantir a conservação dos manguezais amazônicos e garantir a gestão efetiva de 14 áreas protegidas (392.000 ha) no Salgado Paraense, desenvolvendo e implementando planos de gestão e uso público, e gerando conhecimento científico e informações de monitoramento da biodiversidade, com as contribuições de pessoas e líderes locais.



Ao final de 2022 foi celebrado novo acordo de subvenção com a finalidade de apoiar o desenvolvimento, a expansão e a adoção de uma rede de sistemas bioacústicos de gestão comunitária integrando a pesca em planície de inundação e florestas na bacia do rio Amazonas.

O Instituto Mamirauá ainda vem executando contratos assinados com o *Institut de Recherche pour le Développement* - IRD, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD através do (BRA/19/005 - Floresta+ Amazônia), com a FBB - Fundação Banco do Brasil, com o Conselho de Administração da Universidade Internacional da Flórida, entre outros.

Para a obtenção de receitas próprias, além das contribuições e doações da sociedade civil, o Instituto promove atividades de ecoturismo, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades regionais e a inserção dos comunitários locais nas atividades e a geração de receitas próprias decorrentes dessas ações.

Mantém ainda, a Vitrine de Negócios Sustentáveis para divulgação dos produtos Mamirauá, artesanatos e produtos dos produtores das comunidades das Reservas Mamirauá e Amanã.

## **3.2. Base de Preparação. (Nota Explicativa 02)**

### **3.2.1. Declaração de Conformidade**

As demonstrações contábeis do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem os dispositivos da legislação societária aplicáveis e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A elaboração também observa a Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação das demonstrações contábeis e requisitos mínimos de divulgação aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, conforme seu escopo e características institucionais

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no regime de competência, segundo o qual os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

A Administração declara que as demonstrações contábeis representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Instituto, o desempenho de suas operações e os respectivos fluxos de caixa, e que as práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente entre os períodos apresentados.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração em 12 de fevereiro de 2026.



### **3.2.2. Base de Mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros não derivativos os quais são registrados com base no valor justo por meio do resultado.

### **3.2.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

### **3.2.4. Uso de Estimativas e Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas nº 7 - Determinação das vidas úteis dos bens do imobilizado e nº 11- Obrigações com recursos de projetos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

## **3.3. Principais Políticas Contábeis. (Nota Explicativa 03)**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras:

### **3.3.1. Instrumentos Financeiros**

#### **3.3.1.1. Ativos Financeiros não Derivativos**



O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e créditos a receber.

### **3.3.1.2. Passivos Financeiros não Derivativos**

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações sociais e trabalhistas, obrigações tributárias, obrigações com recursos de projetos e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.



### **3.3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Referem-se a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

### **3.3.3. Recursos Vinculados a Projetos**

Também se referem a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de mente disponíveis à medida que fluxos de caixa são necessários para sua execução curto prazo, entretanto são recursos vinculados aos projetos administrados pelo Instituto, em conformidade com os respectivos convênios e contratos.

### **3.3.4. Créditos a Receber**

Refere-se a adiantamentos concedidos para suprir despesas imediatas. São registrados no momento da saída dos recursos e a baixa ocorre quando há a prestação de contas mediante documentação comprobatória. A administração do Instituto avaliou que não há riscos significativos de realização das contas a receber, não sendo necessária a constituição de provisão para devedores duvidosos.

### **3.3.5. Imobilizado**

#### **3.3.5.1. Reconhecimento e Mensuração**

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos com a finalidade de uso exclusivo para a execução dos projetos. Estes são classificados separadamente no ativo não circulante como “bens com restrição de uso”.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de receitas no resultado.



### **3.3.5.2. Custos Subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### **3.3.5.3. Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear considerando às vidas úteis econômicas estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Bens destinados exclusivamente para a execução de projetos não são depreciados pelo tempo de duração do respectivo projeto. Terrenos não são depreciados. Vide comentários adicionais na Nota Explicativa no 7.

### **3.3.5.4. Obras em Andamento**

O valor do ativo de obras em andamento é mensurado pelo custo incorrido, conforme o andamento da obra.

### **3.3.6. Intangível**

Refere-se aos softwares adquiridos pelo Instituto, mensurados pelo custo histórico de aquisição, que vem sendo amortizado considerando a vida útil estimada desses ativos.

### **3.3.7. Redução ao Valor Recuperável**

Os valores contábeis dos ativos financeiros e não financeiros do Instituto são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor





justo menos despesas de venda. Uma perda por impairment é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. Desta forma, não foi necessário estimar o seu valor recuperável.

### **3.3.8. Benefícios a Empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

### **3.3.9. Obrigações com Recursos de Projetos**

Os recursos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos são classificados, quando recebidos, no grupo “Obrigações com recursos de projetos”, no passivo circulante, e, na medida de sua realização, são reconhecidos como receita em confronto com as despesas do mesmo período.

Os “Investimentos com recursos de projetos” referem-se aos bens registrados no ativo imobilizado, adquiridos com verbas de subvenções governamentais. O seu valor residual está registrado em conta do passivo não circulante, “Subvenções para investimento a amortizar”, e, na medida das realizações por depreciações, passam a ser reconhecidos na receita do Instituto.

Os gastos indiretos do Instituto são alocados entre os projetos conforme previsto em cada convênio, contrato ou acordo, e sua representatividade. Os gastos são segregados por financiador, considerando a utilização de recursos humanos e materiais, não havendo transferência entre financiadores.

### **3.3.10. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para





liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através dos descontos dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos, se aplicável, que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros quando incorridos são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

### **3.3.11. Receita Operacional**

As receitas das atividades decorrem, basicamente, do Contrato de Gestão firmado com o MCTI, bem como de outros recursos captados pelo Instituto. As receitas são registradas com base nas despesas incorridas nos projetos. As receitas de serviços prestados com Ecoturismo são reconhecidas no resultado com base na emissão da nota fiscal, ao final da prestação de serviço.

### **3.3.12. Receitas e Despesas Financeiras**

As receitas financeiras abrangem, basicamente, juros oriundos de rendimentos de aplicações financeiras. As despesas financeiras decorrem de taxas bancárias e outros itens correlatos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

### **3.3.13. Determinação do Valor Justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos são apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

#### **3.3.13.1. Aplicações Financeiras**

O valor justo das aplicações financeiras de curto prazo é o próprio valor aplicado adicionado da remuneração do título até a data de apresentação pro rata temporis.

#### **3.3.13.2. Imobilizado**

O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e



interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

### **3.3.13.3. Ativos Financeiros não Derivativos**

O valor justo de ativos financeiros é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação, quando aplicável. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

### **3.3.13.4. Passivos Financeiros não Derivativos**

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, quando aplicável.

### **3.3.14. Isenções Fiscais**

O Instituto é uma Entidade isenta do Imposto de Renda por ser uma sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97, art. 15).

Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos previstos no art. 15, § 3º da Lei nº 9.532/1997, com as alterações introduzidas pelos arts. 10 e 18, inciso IV, da Lei no 9.718/98:

- a. Não remunerar por qualquer forma seus dirigentes do Conselho Deliberativo pelos serviços prestados;
- b. Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais;
- c. Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d. Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data



da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

- e. Apresentar, anualmente, declaração de informações, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; e
- f. Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12, § 2º e art. 15, § 2º).

De acordo com o inciso I do artigo 12 do Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, o Instituto está isento também da Contribuição Social.

### **3.3.15. Ajustes de Exercícios Anteriores**

Em janeiro de 2025, a Administração identificou erro de natureza imaterial relacionado ao reconhecimento de receita de convênio em exercício anterior, decorrente da não apropriação tempestiva de determinado valor à época de sua ocorrência.

Nos termos da NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, os erros de períodos anteriores devem ser corrigidos mediante reapresentação retrospectiva das demonstrações contábeis, salvo quando impraticável. Embora a Entidade esteja sujeita à Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, referida interpretação não disciplina de forma específica os procedimentos relativos à retificação de erros de exercícios anteriores, aplicando-se, portanto, de maneira complementar, as disposições da NBC TG 23.

Dessa forma, foi reconhecido ajuste de exercícios anteriores no montante de R\$ 203,65, com os correspondentes reflexos no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado, mediante reapresentação das informações comparativas.

Considerando a natureza e o valor envolvido, a Administração concluiu que



o referido ajuste não produziu impacto relevante na posição patrimonial e financeira, tampouco no desempenho das atividades da Entidade.

### 3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa. (Nota Explicativa 04)

Tabela 6. Caixa e equivalente de caixa.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Caixa	2.459,98	10.567,37
Bancos	158.121,40	28.815,07
Aplicações financeiras	4.922.189,29	3.950.947,82
	<b>5.082.770,67</b>	<b>3.989.730,26</b>

Os equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras de alta liquidez, que possuem risco insignificante de mudança de valor e prazo de resgate inferior a 90 dias a partir da data da aplicação. Essas aplicações estão classificadas ao custo amortizado, de acordo com a política contábil adotada pelo Instituto.

### 3.5. Recursos Vinculados a Projetos. (Nota Explicativa 05)

Tabela 7. Recursos Vinculados a Projetos.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Caixa	968,22	8.286,89
Bancos	278.199,06	882.821,24
Aplicações financeiras	19.429.708,69	36.085.533,32
	<b>19.708.875,97</b>	<b>36.976.641,45</b>

Tabela 8. Composição por projeto.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Contrato de Gestão – Subvenção MCTI	10.810.007,02	19.853.083,65
Contrato de Gestão – Subvenção MCTI/FNDCT	1.618.017,91	5.963.197,69
Convênio Moore-Salgado Paraense	4.246.990,13	4.973.858,92
Convênio FAO (GEF7)	634.869,24	3.280.304,50
Convênio FINEP	582.861,61	-
Convênio WCS Moore	423.276,10	-
Convênio Lei de Incentivo Informática	365.583,67	384.704,09
Convênio Flórida	260.715,32	185.577,72
Convênio Moore Providence III	154.591,44	1.221.069,98



Convênio Royal Society	136.574,67	-
Convênio Fundo Vale	133.223,79	43.423,98
Convênio COB	116.270,45	76.511,03
Convênio Pnud 100	81.011,70	251.787,63
Convênio Aquasis	60.488,49	84.001,29
Convênio STANFORD	50.922,72	42.442,29
Convênio IRD/Jeai	22.744,00	11.215,01
Convênio GIZ	10.603,51	213.869,70
Convênio FBB	124,2	128.760,76
Convênio FAO Carta de Acordo	-	39.801,52
Convênio Global	-	9.092,90
Convênio SEA WORLD	-	390,58
Convênio PNUD 78	-	213.548,21
	<b>19.708.875,97</b>	<b>36.976.641,45</b>

Os recursos financeiros vinculados têm seu uso restrito à aplicação em projetos a que se destinam, conforme disposições contratuais.

Tanto no caso de recursos próprios quanto para os vinculados a projetos, os investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e fundos de renda fixa, remunerados a taxas médias de, aproximadamente, 0,96% ao mês.

A Administração do Instituto adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento financeiro indexados na poupança e CDB com resgate de curto prazo. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas nos próprios projetos.

### 3.6. Créditos a Receber. (Nota Explicativa 06)

O saldo de Créditos a receber do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá é composto pelos seguintes valores:

Tabela 9. Créditos a receber

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Adiantamentos a fornecedores	2.673.495,54	415.139,54
Recursos a Receber de Contratos	175.933,58	-
Adiantamentos de viagens	70.456,44	57.121,43
Recursos de clientes	31.497,89	88.527,49
Seguros a apropriar	17.183,69	19.350,43



Créditos tributários	8.008,13	7.993,11
Adiantamentos a funcionários	1.350,00	37.008,00
	<b>2.977.925,27</b>	<b>625.140,00</b>

Os adiantamentos a fornecedores, funcionários e viagens referem-se a valores antecipados para a execução de atividades operacionais do Instituto, sendo posteriormente prestados contas conforme regulamentação interna. Os recursos de clientes representam valores a receber decorrentes de contratos firmados para a prestação de serviços ou parcerias institucionais.

Os seguros a apropriar correspondem a prêmios de seguros pagos antecipadamente, cuja apropriação ocorre conforme o período de vigência da apólice.

Os créditos tributários referem-se a valores recuperáveis de tributos, registrados conforme a legislação aplicável e passíveis de compensação futura.

### 3.7. Imobilizados. (Nota Explicativa 07)

O saldo de Ativo imobilizado do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá é composto pelos seguintes valores:

Tabela 10. Imobilizado.

Descrição	Saldo inicial (R\$)	Movimentação no Período (R\$)			Saldo final (R\$)
	em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transf erênci as	em 31/12/2025
TERRENOS	10.000,00	-	-	-	10.000,00
EDIFICAÇÕES	11.168.537,86	-	-	-	11.168.537,86
INSTALAÇÕES	674.247,83	-	-	-	674.247,83
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	8.008.966,30	1.836.722,95	(18.576,03)	-	9.827.113,22
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	3.778.060,95	951.012,17	(3.540,00)	-	4.725.533,12
VEÍCULOS/EMBARCAÇÕES	7.293.756,93	141.670,00	(96.900,00)	-	7.338.526,93
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	2.623.858,29	982.135,32	(27.006,34)	-	3.578.987,27
BIBLIOTECA	690.017,55	-	-	-	690.017,55
BENFEITORIA EM PROPRIEDADE	665.000,00	-	-	-	665.000,00
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	4.417.627,35	1.034.294,71	(148.645,79)	-	5.303.276,27
<b>Total do Custo Acumulado</b>	<b>39.330.073,06</b>	<b>4.945.835,15</b>	<b>(294.668,16)</b>	<b>-</b>	<b>43.981.240,05</b>
<i>Depreciação Acumulada</i>	(3.655.577,58)	(179.795,76)	-	-	(3.835.373,34)



(-) EDIFICAÇÕES					
(-) INSTALAÇÕES	(415.593,34)	(23.336,76)	-	-	(438.930,10)
(-) MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	(4.211.706,34)	(596.108,02)	18.499,58	-	(4.789.314,78)
(-) COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	(2.656.715,39)	(478.057,49)	3.540,00	-	(3.131.232,88)
(-) VEÍCULOS	(768.164,20)	(285.057,09)	96.900,00	-	(956.321,29)
(-) MÓVEIS E UTENSÍLIOS	(1.489.336,69)	(185.160,66)	25.698,44	-	(1.648.798,91)
(-) BENFEITORIA EM PROPRIEDADE	(380.525,50)	(20.317,08)	-	-	(400.842,58)
<b>Total da Depreciação Acumulada</b>	<b>(13.577.619,04)</b>	<b>(1.767.832,86)</b>	<b>144.638,02</b>	<b>-</b>	<b>(15.200.813,88)</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>23.750.127,52</b>	<b>3.178.002,29</b>	<b>(150.030,14)</b>	<b>-</b>	<b>28.780.426,17</b>

### 3.7.1. Avaliação das Vidas Úteis Econômicas dos Bens do Imobilizado.

Em 2025, foi realizado o levantamento dos bens localizados nas bases flutuantes e nos laboratórios da sede do Instituto, com a finalidade de avaliar as condições atuais dos equipamentos instalados nesses ambientes. Verificou-se que o estado de conservação dos bens não apresentou alterações relevantes no período dos últimos doze meses. Diante disso, a equipe responsável concluiu que os valores residuais permanecem compatíveis com as condições de conservação observadas. Assim, recomendou-se à Diretoria Administrativa a manutenção da taxa de depreciação definida no laudo de avaliação elaborado pela empresa Afixcode.

### 3.8. Intangível. (Nota Explicativa 08)

Tabela 11. Intangível.

	12/31/2024	Adições	Baixas	Transfe rências	12/31/2025
DIREITO DE USO SOFTWARE	549.163,91	99.820,55	-	-	648.984,46
<b>Total do custo Acumulada</b>	<b>549.163,91</b>	<b>99.820,55</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>648.984,46</b>
(-) DIREITO DE USO SOFTWARE	(458.318,06)	(49.517,94)	-	-	(507.836,00)
<b>Total da Depreciação Acumulada</b>	<b>(458.318,06)</b>	<b>(49.517,94)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(507.836,00)</b>
<b>Intangível Total</b>	<b>90.845,85</b>	<b>50.302,61</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>141.148,46</b>



### 3.9. Obrigações Sociais e Trabalhistas (Nota Explicativa 09)

As obrigações sociais e trabalhistas do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá são compostas pelos seguintes valores:

Tabela 12. Obrigações sociais e trabalhistas.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Férias a pagar	(1.564.396,28)	(1.545.737,72)
INSS sobre férias	(445.404,18)	(433.136,15)
FGTS sobre férias	(124.785,03)	(123.395,00)
INSS sobre salários	(13.384,76)	(675,07)
Outros passivos	(221,14)	-
FGTS sobre folha	-	(42.588,96)
PIS sobre salários	-	(0,99)
	<b>(2.148.191,39)</b>	<b>(2.145.915,08)</b>

As obrigações sociais e trabalhistas referem-se a encargos devidos aos funcionários e órgãos governamentais, reconhecidos de acordo com os princípios contábeis aplicáveis e a legislação trabalhista vigente.

As férias a pagar correspondem aos valores provisionados para os direitos adquiridos pelos colaboradores, incluindo os encargos incidentes, como INSS e FGTS sobre férias.

O FGTS sobre folha refere-se ao depósito obrigatório realizado pelo Instituto sobre períodos de descanso remunerado.

O INSS sobre salário representa a contribuição previdenciária devida sobre a folha de pagamento, calculada conforme as alíquotas estabelecidas pela legislação.

### 3.10. Outras Contas a Pagar. (Nota Explicativa 10)

Tabela 13. Outras contas a pagar

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Antecipações de pacotes turísticos	(686.915,35)	(363.289,86)
contas a pagar	(400.753,86)	(226.982,81)
Retenções de terceiros	(15.058,51)	(17.903,46)
Outras obrigações	-	(242,34)
	<b>(1.102.727,72)</b>	<b>(608.418,47)</b>





### 3.11. Obrigações com Recursos de Projetos. (Nota Explicativa 11)

O Instituto mantém sob sua responsabilidade R\$ 19.493.261,58 de recursos recebidos a título de Contrato de Gestão com o MCTI e convênios com agências de fomento para aplicação em custeio, projetos de pesquisas e na melhoria de infraestrutura do Instituto, que ainda não foram executados. O Instituto mantém sob sua responsabilidade jurídica a aplicação correta destes convênios pelos seus valores totais.

Tabela 14. Obrigações com recursos de projetos.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Subvenção MCTI	(9.367.815,03)	(17.772.824,47)
Subvenção MCTI /FNDCT	(1.686.030,78)	(6.102.554,04)
Convênio Salgado Paraense	(4.221.177,97)	(4.960.867,57)
Convênio FINEP	(1.939.178,57)	-
Outros Convênios	(935.205,68)	(300.482,25)
Convênio FAO do Brasil	(781.352,91)	(3.280.304,50)
Convênio Moore Providence III	(160.933,86)	(1.218.450,03)
Convênio. BRISTOL	(121.934,40)	(161.735,87)
Convênio Fundo Vale	(108.433,18)	(33.469,51)
Convênio PNUD 100	(81.011,70)	(240.123,21)
Convênio Aquasis	(67.488,49)	(87.501,29)
Convênio JEA	(22.699,01)	(8.457,46)
Convênio PNUD 78	-	(213.548,21)
Convênio GIZ	-	(199.827,70)
Convênio FBB	-	(105.248,60)
Outros Convênios	-	(45.732,07)
	<b>(19.493.261,58)</b>	<b>(34.731.126,78)</b>

Os saldos dos recursos recebidos através do Contrato de Gestão em 2025 serão destinados para compor a reserva técnica estabelecida e para continuidade das ações iniciadas em 2025. Os saldos dos demais convênios, são para dar continuidade nas atividades previstas em contratos.

### 3.12. Investimentos com Recursos de Projetos. (Nota Explicativa 12)

Os investimentos com recursos de projetos (Passivo Não Circulante) referem-se aos bens registrados no imobilizado, adquiridos com verbas de subvenções governamentais e recursos de terceiros. O valor líquido desses bens em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 26.790.083,96 que se realiza através das depreciações, e serão reconhecidos como receita do Instituto ao longo do tempo.



Tabela 15. Investimentos com recursos de projetos

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Subvenções para invest. A Amortizar	26.790.083,96	23.583.996,68
	<b>26.790.083,96</b>	<b>23.583.996,68</b>

### 3.13. Patrimônio Líquido

#### 3.13.1. Patrimônio Social

O patrimônio social é composto pela incorporação de superávits e/ou déficits de cada exercício, após a devida aprovação pelos Conselhos de Administração e Diretor.

Tabela 16. Patrimônio Social

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Patrimônio Social	6.178.018,44	5.164.658,96
Superávit Acumulado	869.220,37	1.013.359,48
	<b>6.178.018,44</b>	<b>5.164.658,96</b>

#### 3.13.2. Superávit ou Déficit Acumulado

Refere-se ao superávit ou déficit do ano corrente. Após aprovação pelos Conselhos de Administração e Diretor, esses valores são incorporados ao “Patrimônio social” do Instituto para serem reinvestidos em ações sociais, conforme previsto em Estatuto.

### 3.14. Processos Judiciais e Contingências. (Nota Explicativa 14)

O Instituto, atualmente, é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos, no valor de R\$ 9.506.509,13, com chances de perda remota, conforme relatório da assessoria jurídica.

### 3.15. Receita Operacional Líquida (Nota Explicativa 15)

As receitas operacionais líquidas do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá são compostas pelos seguintes valores:



Tabela 17. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Subvenção do MCTI	34.254.497,27	32.463.818,74
Convênios	9.863.737,61	5.450.262,31
Ecoturismo	3.594.221,51	3.521.829,21
Outras receitas	499.638,28	477.677,93
Deduções de vendas	(287.074,97)	(267.834,76)
	<b>47.925.019,70</b>	<b>41.645.753,43</b>

As receitas operacionais do Instituto são originadas de fontes que incluem a subvenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), que visa apoiar as atividades de desenvolvimento sustentável, e convênios firmados com outras entidades e governos para a execução de projetos e iniciativas específicas.

A receita proveniente do ecoturismo refere-se ao valor gerado por atividades turísticas sustentáveis realizadas em áreas de preservação, alinhadas aos objetivos de conservação ambiental do Instituto.

A dedução de vendas corresponde ao valor de impostos, devoluções ou descontos concedidos, conforme as normas fiscais aplicáveis, que reduzem as receitas brutas reconhecidas pelo Instituto.

As receitas operacionais líquidas são reconhecidas de acordo com os princípios contábeis e as diretrizes estabelecidas pelo Instituto, sendo monitoradas para garantir a precisão e a conformidade com a legislação vigente.

### 3.16. Custos das Atividades (Nota Explicativa 16)

Os custos das atividades do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá representam os recursos empregados na execução de seus projetos e operações, abrangendo despesas essenciais para a manutenção e desenvolvimento das ações institucionais.

Tabela 18. Custos das atividades.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Salários	(11.436.799,56)	(9.816.085,61)
Materiais e bens	(5.095.148,04)	(4.282.092,30)
Encargos sociais	(5.015.487,07)	(4.183.263,76)
Serviço de terceiros	(5.235.003,77)	(4.584.502,67)
Provisões	(2.533.290,82)	(3.367.659,51)
Diárias e passagens	(2.643.009,21)	(1.773.416,85)



Serviços de auditoria/consultoria	(1.067.162,33)	(904.654,71)
Custo produtos e serviços - Ecoturismo	(937.245,41)	(765.419,29)
Locações diversas	(953.869,02)	(684.689,92)
Utilidades e serviço	(420.825,21)	(443.424,42)
Custo apoio de gestão	(254.079,11)	(92.967,45)
Locação de mão de obra	(13.503,00)	(12.017,00)
Informação científica	(32.014,12)	(10.244,50)
	<b>(35.637.436,67)</b>	<b>(30.920.437,99)</b>

Esses custos incluem salários e encargos sociais dos profissionais envolvidos, aquisição de materiais e bens necessários às atividades, bem como a contratação de serviços de terceiros, incluindo consultorias especializadas e auditorias.

Adicionalmente, há custos relacionados a diárias e passagens para deslocamentos em campo, locações diversas e serviços específicos para o funcionamento das iniciativas do Instituto, como infraestrutura, utilidades e apoio à gestão.

No âmbito do ecoturismo, são considerados os custos com serviços diretamente ligados à atividade, garantindo a viabilidade operacional e a qualidade da experiência oferecida.

Os custos são reconhecidos conforme sua realização e alinhados às normativas contábeis e regulatórias aplicáveis ao setor.

### 3.17. Despesas com Pessoal (Nota Explicativa 17)

As despesas com pessoal do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá são compostas pelos seguintes valores:

Tabela 19. Despesas com pessoal

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Salários e honorários	(2.185.147,92)	(1.915.983,17)
Encargos sociais	(931.971,29)	(741.247,24)
Despesa com 13º salário e férias	(526.716,24)	(460.344,15)
Benefícios	(196.269,80)	(193.290,68)
Encargos sociais sobre provisões	(59.976,69)	(110.447,16)
	<b>(3.900.081,94)</b>	<b>(3.421.312,40)</b>



Salários e honorários referem-se a valores pagos aos funcionários e prestadores de serviço contratados pelo Instituto.

Os Encargos sociais, são as contribuições obrigatórias incidentes sobre a folha de pagamento, incluindo INSS e FGTS.

Despesas com 13º salário e férias, valores referentes aos direitos trabalhistas dos colaboradores, reconhecidos conforme sua competência.

Benefícios: inclui auxílios concedidos aos funcionários, como alimentação, transporte, assistência médica e outros benefícios institucionais.

Encargos sociais sobre provisões, encargos calculados sobre provisões trabalhistas, como férias e 13º salário, garantindo a correta alocação dos custos ao longo do período contábil.

### 3.18. Despesas Gerais e Administrativas (Nota Explicativa 18)

As despesas gerais e administrativas do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá referem-se as despesas necessários para a manutenção das operações institucionais e suporte às atividades desenvolvidas. Essas despesas incluem:

Tabela 20. Despesas gerais e administrativas.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Locações	(1.255.272,40)	(1.214.233,19)
Depreciação e amortização	(1.817.350,80)	(1.520.559,92)
Serviços de terceiros	(1.806.265,66)	(1.082.393,03)
Utilidades e serviços	(1.104.773,79)	(890.887,64)
Materiais e suprimentos	(988.748,46)	(872.014,15)
Diárias e passagens	(149.690,17)	(75.424,35)
	<b>(7.122.101,28)</b>	<b>(5.655.512,28)</b>

### 3.19. Despesas Tributárias (Nota Explicativa 19)

As despesas tributárias do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá referem-se a tributos e contribuições incidentes sobre receitas e serviços, sendo compostas pelos seguintes itens:

Tabela 21. Despesas tributária

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
IR Exclusivo na Fonte	(765.805,63)	(705.244,28)
COFINS Sobre Receita Financeira	(158.628,20)	(143.167,33)



Outros Imp/Taxas/Contribuições	(130.976,58)	(115.931,53)
INSS Serv. Terceiros – Contrib. Patronal	(24.386,39)	(69.775,84)
Multas Fiscais Punitivas	(751,96)	(31.876,77)
	<b>(1.080.548,76)</b>	<b>(1.065.995,75)</b>

### 3.20. Outras Receitas e Despesas (Nota Explicativa 20)

As outras receitas e despesas compreendem eventos não diretamente relacionados às atividades operacionais recorrentes do Instituto, registrados de forma eventual no exercício. Esses valores referem-se, principalmente, a doações e patrocínios não vinculados a projetos específicos, resultados na alienação de bens do ativo imobilizado e a outras despesas de natureza diversa.

A composição das outras receitas e despesas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é apresentada a seguir:

Tabela 22. Outras receitas e despesas.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Doações recebidas	77.587,41	159.760,27
Alienação de bens do imobilizado	7.402,00	1.097,00
Outras despesas	(1.384,35)	(150,14)
	<b>83.605,06</b>	<b>160.707,13</b>

### 3.21. Resultado Financeiro Líquido (Nota Explicativa 21)

O resultado financeiro líquido compreende as receitas e despesas decorrentes da gestão de recursos financeiros da Entidade, incluindo, principalmente, rendimentos de aplicações financeiras, variações monetárias e encargos financeiros incidentes sobre obrigações financeiras.

A composição do resultado financeiro líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

Tabela 23. Resultado financeiro líquido.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos s/ aplicações financeiras	674.993,89	399.321,43
Outras receitas financeiras	61.756,32	24.550,61
	<b>736.750,21</b>	<b>423.872,04</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas bancárias	(128.306,74)	(152.248,83)



Outras despesas financeiras	(7.679,21)	(1.260,24)
	<b>(135.985,95)</b>	<b>(153.509,07)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>600.764,26</b>	<b>270.362,97</b>

## 3.22. Instrumentos Financeiros

### 3.22.1. Risco de Crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Tabela 24. Exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras.

Descrição	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			
Caixa e bancos	4	5.082.770,67	3.989.730,23
<b>Recursos vinculados a projetos</b>		<b>19.708.875,97</b>	<b>36.976.641,45</b>
Fundo fixo	5	968,22	8.286,89
Bancos	5	278.199,06	882.821,24
Aplicações financeiras	5	19.429.708,69	36.085.533,32
<b>Outras obrigações</b>			
Obrigações com recursos de projetos	11	19.493.261,58	34.731.126,78

Em 31 de dezembro de 2025 o Instituto não tinha obrigações em moeda estrangeira.



### 3.23. Informações Sobre a Gestão Financeira do Contrato de Gestão - MCTI (Nota Explicativa 23)

Tabela 25. Demonstrativo das receitas e despesas relacionadas ao Contrato de Gestão.

I. Demonstrativos de receitas e despesas relacionadas ao contrato de gestão

Ano	Saldo Inicial	MCTI	Aplicação Financeira	Despesas Líquidas	Saldo Final
2021	20.581.920,94	15.881.372,00	559.283,76	(17.915.184,67)	19.107.392,03
2022	19.107.392,03	43.264.800,00	3.804.391,75	(27.948.289,30)	38.228.294,48
2023	38.228.294,48	23.098.927,00	3.904.067,81	(29.361.320,35)	35.869.968,94
2024	35.769.968,94	19.777.606,00	2.920.590,88	(32.378.575,31)	26.089.590,51
2025	26.089.590,51	19.717.096,00	2.235.202,65	(34.925.221,92)	13.116.667,24
				<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Recursos Auferidos</b>					
Saldo inicial (01.01)				26.089.590,51	35.769.968,94
Recursos recebidos – repasses MCTI				19.717.096,00	19.777.606,00
Receita financeira líquida				2.235.202,65	2.920.590,88
<b>Total dos Recursos Auferidos</b>				<b>48.041.889,16</b>	<b>58.468.165,82</b>
<b>Despesas</b>					
Pessoal				(20.410.625,88)	(18.277.705,34)
Custeio				(13.004.510,48)	(12.343.249,82)
Capital				(1.510.085,56)	(1.757.620,15)
<b>Total das despesas</b>				<b>(34.925.221,92)</b>	<b>(32.378.575,31)</b>
<b>Saldo (31/12/2025)</b>				<b>13.116.667,24</b>	<b>26.089.590,51</b>

II. Saldos contábeis das contas patrimoniais vinculadas ao contrato de gestão

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>No Ativo Circulante</b>		
Recursos vinculados a projetos (Vide Nota Explicativa nº 5)	12.428.024,93	25.816.281,34
Recursos aprovados do Contrato de Gestão	-	-
Créditos a receber	688.642,31	273.309,17
	<b>13.116.667,24</b>	<b>26.089.590,51</b>
<b>No Passivo Circulante</b>		
Obrigações trabalhistas e sociais	(1.949.939,60)	(2.024.134,46)
Obrigações fiscais e tributárias	(7.041,50)	(6.352,59)
Obrigações em circulação - fornecedores	(91.119,46)	(169.792,26)
Obrigações em circulação - outras retenções	(14.720,87)	(13.727,06)
	(2.062.821,43)	(2.214.006,37)
Obrigações com recursos de projetos (Vide Nota Explicativa nº 10)	<b>11.053.845,81</b>	<b>23.875.584,14</b>

O valor de R\$ 11.053.845,81, apresentado acima, corresponde ao saldo do ativo





circulante, deduzido das despesas provisionadas, relacionadas ao Contrato de Gestão, e ainda não pagas.

### 3.24. Cobertura de seguros (Nota Explicativa 24)

O Instituto mantém política de contratação de seguros com o objetivo de proteger seus bens patrimoniais, suas operações e seu pessoal contra riscos considerados relevantes, de acordo com a natureza de suas atividades. As importâncias seguradas são avaliadas periodicamente, buscando garantir níveis adequados de cobertura para eventuais sinistros.

Em 31 de dezembro de 2025, as apólices vigentes totalizavam R\$ 35.004.316,93, distribuídas conforme a seguir:

Tabela 26. Cobertura de seguros contra riscos operacionais em 31 de dezembro de 2025.

Tipo	Importância Segurada em 31.12.2025
Edifícios	20.278.360,00
Veículos	1.000.000,00
Responsabilidade Civil	5.000.000,00
Seguro de Vida	8.725.956,93
<b>TOTAL</b>	<b>35.004.316,93</b>

### 3.25. Eventos subsequentes (Nota Explicativa 25)

A Administração declara que, até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, não ocorreram eventos subsequentes que demandassem ajuste nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025, nos termos da NBC TG 24 – Eventos Subsequentes.

Ressalta-se que, no mês de janeiro de 2026, foram efetuadas baixas de adiantamentos referentes a saldos existentes em 31 de dezembro de 2025, em decorrência de sua regular liquidação no curso normal das operações da Entidade. Tais ocorrências caracterizam-se como eventos subsequentes que evidenciam condições surgidas após a data do balanço, não representando evidência de condições já existentes naquela data.

Em conformidade com a NBC TG 24, esses fatos foram classificados como



**INSTITUTO  
MAMIRAUÁ**

MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO



eventos subsequentes não ajustáveis, uma vez que não alteram as estimativas ou condições existentes em 31 de dezembro de 2025, não tendo produzido impacto relevante na posição patrimonial e financeira ou no desempenho do Instituto.

### **3.26. Autorização Para Emissão das Demonstrações Contábeis**

A Administração do Instituto examinou o conjunto completo das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e concluiu que as referidas Demonstrações traduzem com propriedade a posição patrimonial e financeira do Instituto De Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

Tefé/AM., 30 de janeiro de 2026.

---

JOÃO VALSECCHI DO AMARAL  
Diretor Geral

---

JOYCIMARA ROCHA DE SOUSA FERREIRA  
Diretora Administrativa

---

NIZETE DE LIMA CAMPELO  
Contadora: CRCAM: 010141/O-0



**INSTITUTO  
MAMIRAUÁ**

MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO



#### 4. RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DA AUDITORIA INDEPENDENTE

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ

Relatório de asseguração razoável sobre as  
informações relacionadas ao relatório de  
gestão

Em 31 de dezembro de 2025

## INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ

Relatório de asseguração razoável sobre as informações relacionadas ao relatório de gestão  
Em 31 de dezembro de 2025

### Conteúdo

Relatório de asseguração razoável sobre as informações relacionadas ao relatório de gestão

Anexo I

## RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO RAZOÁVEL SOBRE AS INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Aos  
Conselheiros e Diretores do  
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá  
Manaus - AM

### Introdução

Fomos contratados pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá ("Instituto") para apresentar nosso relatório de asseguarção Razoável sobre a compilação das Informações relacionadas com o relatório de gestão do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

### Responsabilidades da Administração da Entidade

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e apresentação, de maneira adequada, das informações constantes no Relatório de Gestão, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de acordo com os critérios estabelecidos pelo MCTI e pelos controles internos que o Instituto determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidades do auditor independente

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações constantes no Relatório de Gestão, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com base no trabalho de asseguarção limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01/12, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, que é equivalente à Norma Internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações constantes do Instituto, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguarção limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à Administração da Companhia e outros profissionais da Companhia que estão envolvidos na elaboração das informações constantes do Instituto, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que nos possibilite concluir na forma de asseguarção limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguarção limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que as informações constantes do Instituto, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações constantes do Instituto e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

- (a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas, e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes no Relatório de Gestão, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 do Instituto;
- (b) O entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- (c) A aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e quanto aos itens levantados no artigo 47 da Portaria Ministerial nº 8.944/25 do MCTI:

*"I - Limite percentual de gastos com pessoal em relação aos recursos financeiros repassados por intermédio do Contrato de Gestão;*

*II - Verificação da remuneração e percepção de outras vantagens pelos diretores executivos e empregados da OS, segundo os critérios pactuados no Contrato de Gestão;*

*III - Situação de regularidade com o pagamento de tributos federais e existência de provisão para contingências passivas;*

*IV - Evolução das receitas e saldos do Contrato de Gestão e suas aplicações financeiras;*

*V - Contabilização da reserva técnica e financeira, quando existente, e sua utilização/adequação;*

*VI - Verificação da regularidade de contratos celebrados com recursos do Contrato de Gestão;*

*VII - Percentual de alavancagem de recursos extras ao Contrato de Gestão;*

*VIII - Evolução do ativo permanente (imobilizado e intangível) da OS, segregando os investimentos com recursos próprios e do Contrato de Gestão;*

*IX - Acompanhamento de eventuais pendências junto aos órgãos de controle governamentais e externos;*

*X - Acompanhamento de eventuais processos administrativos ou judiciais, civis, trabalhistas ou fiscais;*

*XI - Verificação da adequação dos gastos realizados com os objetivos, ações e metas do Contrato de Gestão; e*

*XII- eficiência da gestão sob os aspectos de economicidade e de necessidade ou relevância das contratações representativas da unidade."*

- (d) O confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações contábeis e/ou registros contábeis.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na maneira limitada.

### Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados no trabalho de asseguarção limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados no trabalho de asseguarção que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações constantes no Relatório de Gestão, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em trabalho de asseguarção que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações constantes no Relatório de Gestão, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Desse modo, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os Relatórios de Gestão de períodos anteriores, tampouco em relação a projeções futuras e metas.

### Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações constantes no Relatório de Gestão, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios estabelecidos pelo MCTI em sua Portaria Ministerial n °8.944/25 e demais normativas.

Manaus, 13 de fevereiro de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 AM 000639/O-2



João Domingos da Rosa  
Contador CRC 1 SP 159332/O - T - AM



## ANEXO I

Art. 47 da Portaria do MCTI nº 8.944 de fevereiro de 2025. O representante do MCTI nos Conselhos Fiscais, quando houver, deverá enfatizar a fiscalização do Contrato de Gestão e a aprovação dos relatórios de execução do contrato e prestação de contas, além da análise da documentação comprobatória referente a:

I - Limite percentual de gastos com pessoal em relação aos recursos financeiros repassados por intermédio do Contrato de Gestão;

A SUBCLÁUSULA QUINTA, do contrato de gestão diz: A ORGANIZAÇÃO SOCIAL deverá adotar como limite prudencial de gastos com pessoal até 90% dos recursos pactuados no âmbito do CONTRATO DE GESTÃO com despesas de remuneração, encargos trabalhistas, vantagens e benefícios de qualquer natureza a serem percebidos pelos seus dirigentes, empregados e servidores públicos cedidos, guardada essa proporcionalidade nas repactuações ocorridas durante a implementação do contrato.

Foi tomada como base para a análise do percentual de gastos com pessoal, relativos aos recursos pactuados do contrato de gestão, a folha de pagamento e confrontada com os gastos registrados na contabilidade.

Com base na contabilidade e no resumo abaixo é possível constatar que o Instituto Mamirauá atende o limite percentual de gasto com pessoal em relação aos recursos pactuados no contrato de gestão. Em 2025 os valores gastos foram da ordem de R\$ 20.410.625,88.

Detalhamento mensal e anual dos valores pagos aos empregados do IDSM no ano de 2025. Regime de caixa.

Mês	Salário dos empregados e dirigentes	Gratificação	Férias	Rescisão	Total de remuneração pago	Encargos trabalhistas				Seguro de vida	Plano de saúde	Vale transporte	Empréstimo Consignado	Soma total
						INSS	FGTS	PIS	IRRF					
Janeiro	602.273,59	93.478,18	99.305,00	29.610,75	824.667,52	-	71.183,00	-	-	4.808,32	21.089,44	320,00	61.244,66	983.312,94
Fevereiro	620.000,37	101.006,85	4.639,00	52.125,55	777.771,77	388.969,53	126.664,79	10.865,63	164.156,43	18.801,94	21.089,44	288,00	48.671,97	1.557.279,50
Março	640.355,63	99.474,60	113.576,00	16.343,33	869.749,56	377.361,10	83.371,33	10.516,82	137.553,42	4.953,60	20.571,05	320,00	48.405,56	1.552.802,44
Abril	609.589,29	97.608,93	108.359,00	-	815.557,22	389.296,28	85.882,34	10.755,73	160.212,14	4.953,60	20.142,47	368,00	49.037,78	1.536.205,56
Maiο	613.068,71	113.195,66	110.978,00	-	837.242,37	398.263,06	88.117,81	11.056,04	153.212,98	4.763,90	20.142,47	368,00	49.037,78	1.562.204,41
Junho	651.415,94	111.117,42	112.653,00	-	875.186,36	411.355,04	91.492,18	11.444,30	165.123,94	4.763,90	24.112,72	-	50.728,83	1.634.207,27
13º Adiant	37.781,00	-	-	-	37.781,00	-	-	-	-	-	-	-	-	37.781,00
Julho	593.613,27	116.728,10	123.612,00	67.169,81	901.123,18	417.893,31	158.949,52	11.649,96	166.668,74	4.792,60	24.112,72	368,00	48.862,54	1.734.420,57
Agosto	607.329,79	111.198,48	39.354,00	26.931,51	784.813,78	406.203,77	92.671,10	11.522,26	170.321,57	4.869,00	24.933,37	404,80	48.578,10	1.544.317,75
Setembro	607.673,30	119.415,07	65.996,00	15.497,87	808.582,24	389.867,69	87.701,75	11.085,68	140.744,39	4.735,20	24.933,70	404,80	48.185,82	1.516.241,27
Outubro	636.357,64	124.014,73	36.275,00	44.139,67	840.787,04	393.460,29	104.552,75	11.181,90	150.127,75	4.620,40	22.395,84	349,60	51.159,40	1.578.634,97
Novembro	637.122,77	121.512,60	115.735,00	-	874.370,37	397.480,26	91.202,87	11.231,70	156.704,17	4.649,10	22.032,69	257,60	9.217,40	1.567.146,16
13º-1ª	481.870,00	-	-	-	481.870,00	407.900,96	-	-	-	-	-	-	-	889.770,96
13º-2ª	307.456,00	-	-	86.124,27	393.580,27	417.837,28	43.401,56	10.584,57	149.885,08	-	-	-	-	1.015.288,76
Dezembro	658.395,59	111.017,41	2.121,00	2.614,70	774.148,70	379.716,21	220.857,20	22.971,33	168.759,73	4.649,10	21.697,45	368,00	107.844,60	1.700.982,62
Total geral	8.304.302,89	1.319.768,03	932.603,00	340.557,46	10.897.231,38	5.175.604,78	1.346.048,20	144.865,92	1.883.470,34	71.360,66	267.253,36	3.816,80	620.974,44	20.410.625,88

Ano	Valor Repassado via Contrato de Gestão	Valor Gasto com Pessoa	%
2021	15.884.372,00	12.687.822,96	79,88
2022	43.264.800,00	14.071.494,35	32,52
2023	23.098.927,00	14.526.445,20	62,89
2024	19.777.606,00	18.277.705,35	92,42
2025	19.717.096,00	20.410.625,88	103,52
<b>Total</b>	<b>121.742.801,00</b>	<b>79.974.093,74</b>	<b>65,69</b>

Previsão 90%	109.568.520,90
--------------	----------------

O valor total de gastos com pessoal acima considera os valores pagos no ano de 2025. O limite anual de gastos com pessoal é de 90% conforme previsto no Contrato de Gestão. O valor pactuado para o ano de 2025, foi de R\$ 19.717.096,00, sendo que os gastos com pessoal, no primeiro semestre, foram custeados pelo saldo do ano anterior e parte da Reserva Técnica, não sendo utilizado o percentual total previsto, para 2025, para gastos com pessoal.

#### Memória de Cálculo

Valor Pactuado para 2025: R\$ 19.717.096,00

Valor Gasto Com Pessoal do Valor Pactuado: 11.546.803,06 = 58,56%

Valor do Saldo Anterior e RT Gasto Com Pessoal em 2025: R\$ 8.863.822,82 = 44,96%

II - Verificação da remuneração e percepção de outras vantagens pelos diretores executivos e empregados da OS, segundo os critérios pactuados no Contrato de Gestão;

No quadro abaixo apresentado, com levantamento baseado na folha de pagamento, confrontado com os registros contábeis, consta todas as remunerações pagas pela entidade.

REMUNERAÇÃO DIRIGENTES IDSM 2025				
Exercício 2025	Dirigentes	Demais CLT	Teto Mensal dos Dirigentes	Teto Remuneratório Fixado no Contrato de Gestão
Remuneração	584.052,84	8.993.410,51	128.000,00	185.464,76
Encargos Sociais	1.013.067,59	7.536.921,65		
Seguro de Vida	1.285,60	70.075,06		
Plano de Saúde	42.577,13	224.676,23		
Vale Transporte	-	3.816,80		
Gratificação	605.520,00	714.248,03		
Consignados	-	620.974,44		
<b>Total Geral</b>	<b>2.246.503,16</b>	<b>18.164.122,72</b>		

Na 99ª Ata, o Conselho de Administração do Instituto Mamirauá aprovou, para o exercício de 2024, o teto salarial dos diretores no valor de R\$ 32.000,00. A remuneração mensal recebida pelos dirigentes do Instituto Mamirauá segue os critérios pactuados no Contrato de Gestão, observando os limites previstos no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal de 1988. Assim, o valor total de R\$ 2.246.503,16 recebido pelos dirigentes em 2025 não ultrapassou o limite anual estabelecido em lei.

III - Situação de regularidade com o pagamento de tributos federais e existência de provisão para contingências passivas;

A fim de demonstrar as regularidades da entidade Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, junto aos órgãos fiscais, elaboramos um demonstrativo das certidões negativas, conforme segue:

Sigla	Descrição	Situação em 2024	Situação em 2025	Validade	Data Consulta
CND Unificada CRF	Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União	Vence 21/05/2025	Vence 22/07/2026	6 meses	23/01/2026
CRF	Situação Regular	Vence 17/02/2024	Vence 09/02/2026	—	27/01/2026
CND Trabalhista	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDTs)	Vence 13/02/2025	Vence 18/02/2026	6 meses	19/11/2025
CPMR	Certidão Negativa de Débitos (CNDs)	Situação Regular	Vence 21/02/2026	—	22/01/2026

#### Observações

(\*) Consultas realizadas via internet, em 19/11/2025 a 23/01/2026.

-CND RFB, PGFN e INSS (CND Federal Unificada) - Certidão de Débitos administrados pela Fazenda Nacional (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional/Receita Federal do Brasil), inclusive contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212/91 - válida por seis meses;

-CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - válida por 180 (cento e oitenta) dias;

-CRF - Certificado de Regularidade do FGTS junto à Caixa Econômica Federal - válida por 30 (trinta) dias.

IV - Evolução das receitas e saldos do Contrato de Gestão e suas aplicações financeiras;

O Instituto Mamirauá tem como principal fonte de recurso os valores transferidos pelo Contrato de Gestão. Os valores ainda não gastos nas atividades contínuas são aplicados no mercado financeiro e os rendimentos são aplicados integralmente na sua atividade fim. A seguir evolução dos recursos financeiros dos últimos cinco anos.

#### Informações sobre a gestão financeira do contrato de gestão - MCTI

##### Demonstrativo de receitas e despesas relacionadas ao contrato de gestão

Ano	Saldo Inicial	MCTI	Aplicação Financeira	Despesas Líquidas	Saldo Final
2021	20.581.920,94	15.881.372,00	559.283,76	(17.915.184,67)	19.107.392,03
2022	19.107.392,03	23.464.800,00	3.804.391,75	(27.928.289,30)	18.448.294,48
2023	18.228.294,48	23.209.927,00	3.904.067,81	(32.376.957,31)	13.965.332,00
2024	35.769.968,94	19.777.606,00	2.920.509,88	(32.378.575,31)	26.089.590,51
2025	26.089.590,51	19.717.096,00	2.235.202,65	(34.925.221,92)	13.116.667,24

Recursos Auferidos	2025	2024
Saldo inicial (01.01)	26.089.590,51	35.769.968,94
Recursos recebidos - repasses MCTI	19.717.096,00	19.777.606,00
Receita financeira líquida	2.235.202,65	2.920.590,88
Total dos Recursos Auferidos	48.041.889,16	58.468.165,82
Despesas		
Pessoal	(20.410.625,88)	(18.277.705,34)
Custeio	(13.004.510,48)	(12.343.249,82)
Capital	(1.510.085,56)	(1.757.620,15)
Total das despesas	(34.925.221,92)	(32.378.575,31)
Saldo (31/12/2025)	13.116.667,24	26.089.590,51

Saldos contábeis nas contas patrimoniais vinculados ao contrato de gestão

No Ativo Circulante	2025	2024
Recursos vinculados a projetos	12.428.024,93	25.816.281,34
Recursos aprovados do Contrato de Gestão	-	-
Créditos a receber	688.642,31	273.309,17
Total Ativo 2025	13.116.667,24	26.089.590,51
No Passivo Circulante		
Obrigações trabalhistas e sociais	(1.949.939,60)	(2.024.134,46)
Obrigações fiscais e tributárias	(7.041,50)	(6.352,59)
Obrigações em circulação - fornecedores	(91.119,46)	(169.792,26)
Obrigações em circulação - outras retenções	(14.720,87)	(13.727,06)
Outras obrigações	(2.062.821,43)	(2.214.006,37)
Obrigações com recursos de projetos	11.053.845,81	23.875.584,14

V - Contabilização da reserva técnica e financeira, quando existente, e sua utilização/adequação;

Sobre a reserva técnica verificou-se a formalização na contabilidade do Instituto e posteriormente foram avaliadas as atas do Conselho de Administração e recursos financeiros para reserva, contabilizados em contas próprias.

O Conselho de Administração do IDSM na sua 101ª reunião, ocorrida entre os dias 24/02 e 10/03/2025, aprovou o valor da Reserva Técnica para o ano de 2025: R\$ 20.347.368,00.

Valores de Reserva Técnica pactuados com recursos do Contrato de Gestão.

Ano	2025	2024	2023	2022	2021
Reserva Técnica	20.347.368,00	16.182.000,00	16.182.000,00	15.761.008,45	15.761.008,45

Tabela 1. Descrição da destinação prevista dos recursos da Reserva Técnica\*.

Destino dos recursos	2025	2024	2023	2022	2021
I - Custeio antecipado das atividades básicas da OS	8.785.219,00	7.695.000,00	7.695.000,00	7.451.347,85	7.451.347,85
II - Pagamento de contratos ou direitos trabalhistas	10.128.115,00	7.294.000,00	7.294.000,00	7.314.992,67	7.314.992,67
III - Condenações ou acordos judiciais	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
IV - Outros gastos em atividades de relevante interesse para o alcance dos objetivos do CG	1.234.034,00	993.000,00	993.000,00	794.667,93	794.667,93
Total da reserva utilizada	20.347.368,00	16.182.000,00	16.182.000,00	15.761.008,45	15.761.008,45

Os recursos destinados à manutenção da reserva são provenientes do saldo do exercício anterior e dos repasses do contrato de gestão recebidos ao longo do ano, conforme previsto no orçamento.

Valor da Composição da Reserva Técnica em 2025			
	Data	Valor do recurso do T.A.	Valor R\$
Saldo Inicial da reserva técnica - 31 de dezembro de 2024			16.662.153,65
10º Termo Aditivo	25/07/2025	19.717.096,00	5.500.000,00
Total das entradas			22.162.153,65
Rendimentos dos recursos			1.225.352,76
Resgates			(14.000.000,00)
IR/COFINS/Tarifas			(294.650,63)
Total das saídas			(14.294.650,63)
Saldo da Reserva Técnica em 31 de dezembro de 2025			9.092.855,78

O Instituto mantém conta bancária própria para a reserva técnica e a contabilização é segregada de outros recursos.

VI - Verificação da regularidade de contratos celebrados com recursos do Contrato de Gestão;

Com base no relatório de contratos e na análise dos prazos de vigência, das tomadas de preço anuais e da política de gestão contratual, avaliamos a adequação dos contratos firmados com o Instituto. Os processos de contratação seguem o regulamento próprio da entidade. As solicitações de compras realizadas via sistema, bem como as notas fiscais e os respectivos pagamentos, estão adequadamente vinculados às atividades de cada projeto.

NÚMERO DO CONTRATO	OBJETO	CNPJ/CPF	EMPRESA CONTRATADA	VALOR	INÍCIO	FIM
188/DCA/2015	Serv. fornecimento de Energia Elétrica	02.341.467/0001-20	Amazonas Energia S/A (IDSM)	Conforme Consumo	22/07/2025	22/07/2026
43466	Serviços de exame médico (ASOS)	09.334.312/0001-06	Clinica Médica JJ Rosado (Amazon Vida)	R\$ 75,00/exame	25/01/2025	25/01/2026
OC024625	serviços de clínica médica e medicina do trabalho	42.600.936/0001-01	J. C. DE M. ALMAS SERVICOS	R\$ 60,00/exame	20/10/2025	20/10/2026
	Contrato de implantação de Sistemas (RM) e licenças de uso	53.113.791/0012-85	TOTVS	R\$ 14.388,93/mensal	01/10/2025	01/10/2026
3772560003	Menor Aprendiz	61.600.839/0001-55	Centro de Integração Empresa Escola - CIEE	R\$ 295,60/Aprendiz	01/10/2025	01/10/2026
	Serviços de Coworking (escritório compartilhado) - Escritório de Representação Institucional em Manaus	29.577.328/0001- 57	Right Space Escritórios Compartilhados LTDA	R\$ 63.600,00	10/01/2025	10/01/2026
	Serviços de Coworking (escritório compartilhado) - Escritório de Representação Institucional em Belém	35.100.101/0001-19	Canto Coworking	R\$ 162.000,00	10/01/2024	10/01/2026
9912377405	Serviço de Postagem - (Serviços e Vendas de produtos)	34.028.316/0003-75	CORREIOS	Conforme Consumo	06/09/2024	05/09/2034
	Prestação de Serviço de Telefonia móvel	02.421.421/0001-11	TIM S.A.	R\$ 3.959,52	08/04/2024	07/04/2026

NÚMERO DO CONTRATO	OBJETO	CNPJ/CPF	EMPRESA CONTRATADA	VALOR	INÍCIO	FIM
MSS-2021-11-0080	Serviços gerenciados com foco exclusivo em segurança da informação e privacidade, que incluem licenciamento como serviço de softwares listados, horas de consultoria e suporte especializados	09.054.954/0001-51	INFORWARD RG SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 46.800,00		11/11/2024
MSS-2025.00414	Serviços Gerenciados de Segurança da Informação	09.054.954/0001-51	INFORWARD RG SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 45.284,49		11/11/2025
	Serviço de Caixa Postal Anual	34.028.316/4619-33	CORREIOS	R\$ 172,10		24/06/2025
OC021747/2023	Aquisição de gêneros alimentícios	23.385.715/0001-20	D C I AMORIM	Conforme Tabela de Preços		14/04/2024
OC030695/2025	Aquisição de gêneros alimentícios	41.569.635/0001-91	P H DA S CARDOSO LTDA	Conforme Tabela de Preços		14/04/2025
Apólice 860502	Seguro de Vida em Grupo	51.990.695/0001-37	BRADESCO SEGUROS	R\$ 4.925,70		23/03/2025
OC021747/2023	Aquisição de derivados gêneros alimentícios (Atacado).	11.960.396/0001-35	Roberval Cordeiro Lasmar - R.C. Lasmar	Conforme Tabela de Preços		14/04/2024
OC030695/2025	Aquisição de derivados gêneros alimentícios (Atacado).	11.960.396/0001-35	Roberval Cordeiro Lasmar - R.C. Lasmar	Conforme Tabela de Preços		14/04/2025
OC021367/2023	Produtos não perecíveis e de Higiene e Limpeza	02.415.128/0001-41	M. Pantoja, de Freitas & CIA LTDA - ME	Conforme Tabela de Preços		16/03/2024
OC030435/2024	Produtos não perecíveis e de Higiene e Limpeza	02.415.128/0001-41	M. Pantoja de Freitas & CIA LTDA - ME	Conforme Tabela de Preços		15/03/2025



NÚMERO DO CONTRATO	OBJETO	CNPJ/CPF	EMPRESA CONTRATADA	VALOR	INÍCIO	FIM
Apólice 10.93.2025.0004723	Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O)	61.550.141/0001-72	Yelum Seguros S. A	R\$ 14.085,42		25/01/2025
OC007635/2018	Locação de Horário "Ligado no Mamirauá"	01.451.506/0001-80	Rádio Rural de Tefé (Fundação Dom Joaquim)	R\$ 31.680,00		10/01/2024
	Acesso para 2 usuários à plataforma Meltwater para pesquisas de mídia	22.834.454/0001-09	Meltwater Lite	R\$ 20.917,11		30/12/2025
Apólice 36375570	Seguro de automóvel Chevrolet S-10 Pick-Up Branca QZN7159	33.164.021/0001-00	TOKIO MARINE	R\$ 6.627,59		22/09/2025
Apólice517720253U312647493	Seguro de automóvel FIAT PUNTO OAO2467	61.573.796/0001-66	ALLIANZ AUTO	R\$ 2.049,70		12/12/2025
OC023592/2023	Serviços especializados em auditoria externa independente, de competência reconhecida, para análise das demonstrações contábeis e exame das informações contidas no Relatório de Gestão	54.276.936/0017-36	BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	R\$ 48.182,04		26/09/2024
OC034230/2025	Locação de rádios portáteis Motorola e outros	63.640.908/0001-80	P R B TELECOMUNICAÇÕES LTDA	R\$ 8.280,00/mensal		01/10/2025
OC017326/2021	Fornecimento de Serviço Monitoramento remoto	09.406.386/0001-49	TAWRUS	R\$ 3.600,00/mensal		01/10/2024
OC034232/2025	Fornecimento de Serviço Monitoramento remoto	09.406.386/0001-49	TAWRUS	R\$ 3.600,00/mensal		22/10/2025

NÚMERO DO CONTRATO	OBJETO	CNPJ/CPF	EMPRESA CONTRATADA	VALOR	INÍCIO	FIM
OC016820/2021	Fornecimento de serviços de vigilância patrimonial dos prédios do campus do IDSM em Tefé.	21.922.542/0001-91	SIOUX SERVIÇO DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA	R\$ 70.473,35/mensal	01/10/2023	01/10/2025
OC032684/2025	Fornecimento de serviços de vigilância patrimonial dos prédios do campus do IDSM em Tefé.	21.922.542/0001-91	SIOUX SERVIÇO DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA	R\$ 73.938,34/mensal	01/10/2025	30/09/2027
OC016660/2021	Serviços de Limpeza e jardinagem Externas no Campus do IDSM em Tefé	06.637.162/0001-11	GP dos Santos Serviços	R\$ 21.641,36/mensal	04/10/2023	04/10/2025
OC032685/2025	Serviços de Limpeza e jardinagem Externas no Campus do IDSM em Tefé	06.637.162/0001-11	GP dos Santos Serviços	R\$ 24.889,70/mensal	01/10/2025	30/09/2027
Apólice 03022321	Seguro Predial de todos os prédios.	33.164.021/0001-00	TOKIO MARINE	13.484,37	27/08/2025	27/08/2026
OC016485/2021	Passagens Aéreas e Hospedagem	34.516.450/0001-53	SELENE TUR	Conforme Tabela de Preços	06/08/2023	06/08/2025
OC032370/2025	Passagens Aéreas	34.516.450/0001-53	SELENE TUR	Conforme Tabela de Preços	07/08/2025	06/08/2027
OC032370B/2025	Passagens Fluviais, Rodoviárias e Hospedagem	10.181.964/0001-37	OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZÔNIA LTDA	Conforme Tabela de Preços	07/08/2025	06/08/2027
OC022775/2023	Aquisição de derivados de petróleo (Gasolina, Diesel, etc.)	20.752.396/0001-30	M J ALVES FARIAS ME (COMBUSTIVEIS)	Conforme Tabela de Preços	08/07/2024	07/07/2025
OC031745/2025	Aquisição de derivados de petróleo (Gasolina, Diesel, etc.)	02.221.812/0001-92	J. P. R. NASCIMENTO LTDA	Conforme Tabela de Preços	08/07/2025	07/07/2026
OC031837/2025	Serviços especializados em Mapeamento e Transformação de Processos para realizar o mapeamento e melhorias nos processos Administrativo do Instituto Mamirauá	00.347.890/0001-02	M B CONSULTORIA E TREINAMENTO EM PROD E QUALIDADE LTDA	R\$ 282.000,00	25/07/2025	24/07/2027

NÚMERO DO CONTRATO	OBJETO	CNPJ/CPF	EMPRESA CONTRATADA	VALOR	INÍCIO	FIM
OC022108/2023	Prestação de Serviços em Desenvolvimento e Análise de Sistemas	10.974.125/0001-76	FANSOFT INFORMATICA E TREINAMENTO LTDA	R\$ 12.000,00/mensal	12/05/2024	12/05/2025
OC026546/2024	Serviço para treinamento e implementação da NBR ISO 17025	09.578.335/0001-66	LINCE CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA	R\$ 174.000,00	21/05/2024	20/04/2026
	Serviços relativos a Propriedade Industrial	00.117.466/0001-71	PEREIRA BERTOZZI S/S LTDA	R\$ 11.700,00	27/06/2024	26/06/2026
	Serviços Jurídicos - Contencioso e Consultivo	01.768.859/0001-08	ANDRADE GC ADVOGADOS	R\$ 10.000,00/mensal	06/07/2024	05/04/2025
	Serviços Jurídicos - Contencioso e Consultivo (somente trabalhista)	01.768.859/0001-08	ANDRADE GC ADVOGADOS	R\$ 5.000,00/mensal	01/08/2025	01/02/2026
OC031422/2025	Serviços Jurídicos - Contencioso e Consultivo	31.679.916/0001-43	ISAAC MIRANDA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	R\$ 7.000,00/mensal	01/08/2025	30/09/2027
	Suporte Zabbix e Grafana	19.294.427/0001-78	FLOWBIX TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	R\$ 13.000,00	27/06/2024	26/06/2026
	Serviços da Plataforma de Doações no Plano Avançado	28.229.013/0001-56	DOARE SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA	R\$ 710,00/mensal	12/04/2024	12/04/2025
OC025589/2024	Serviço especializado para Instalação e customização da plataforma Moodle	10.800.458/0001-89	LEONARDO CARDOZO STOCKER - CREATIVA EAD	R\$ 10.260,60	12/04/2024	22/01/2026
	Consultoria e Assessoria para realização da Pesquisa Salarial, bem como a Cessão de Uso do software de propriedade exclusiva da DEPPES	50.630.412/0001-83	DEPPES TECNOLOGIA LTDA	R\$ 6.767,64	28/10/2025	27/10/2026

NÚMERO DO CONTRATO	OBJETO	CNPJ/CPF	EMPRESA CONTRATADA	VALOR	INÍCIO	FIM
	Serviços acessórios ao Sistema Integrado de Bibliotecas - PERGAMUM	76.659.820/0046-53	ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA-APC	R\$ 729,60/mensal	31/03/2025	31/03/2026
OC032940/2025	Consultoria especializada em desenvolvimento de Automações Inteligentes	04.856.032/0001-44	BHS AXTER SOLUCOES DIGITAIS LTDA	R\$ 29.250,00	05/08/2025	04/02/2026
OC031742/2025	Desenvolvimento de levantamento e diagnóstico de flutuantes existentes e projeto arquitetônico para construção de flutuantes de beneficiamento	18.189.660/0001-28	CAMILA FERREIRA PAPIN 32488528870	R\$ 76.935,00	13/05/2025	12/12/2025
OC034826/2025	Serviço especializado para Implantar o Modelo de Gestão CERNE 1 na Incubadora de Negócios Sustentáveis Mamirauá	11.268.511/0001-05	GERE CONSULTORIA LTDA	R\$ 9.500,00	02/12/2025	01/12/2026
	Serviço Telefônico Fixo Comutado	09.446.842/0001-46	HIT TELECOMUNICAÇÕES LTDA	R\$ 1.800,00/mensal	12/11/2025	11/11/2027
	Contrato o licenciamento e cessão do direito de acesso ao Software da Linkana	32.138.431/0001-05	KEEPCLEAR LICENCIAMENTOS E SERVIÇOS LTDA	R\$ 3.045,00/mensal	01/07/2025	30/06/2026
	Serviço de licenciamento de software para registro anônimo de denúncias a partir da disponibilização e ativação de solução denominada Ouvidor Digital (Sistema)	22.137.526/0001-50	OUVIDOR DIGITAL SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 3.769,00/mensal	22/05/2025	21/05/2027

NÚMERO DO CONTRATO	OBJETO	CNPJ/CPF	EMPRESA CONTRATADA	VALOR	INÍCIO	FIM
	Serviço de licenciamento de software para registro de consultas, sugestões, reclamações, críticas e elogios, a partir da disponibilização e ativação de solução denominada Ouvidor Digital Ouvidoria (Sistema)	22.137.526/0001-50	OUVIDOR DIGITAL SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 1.500,00/mensal		21/05/2027
OC032229/2025	Contratação para a criação, execução e entrega de mural artístico em grafite bem detalhado, colorido com imagens realistas vetorizadas	31.505.966/0001-04	R CAMPOS LUCENA (Raiz Artes)	R\$ 12.894,60	23/10/2025	23/06/2026

## VII - Percentual de alavancagem de recursos extras ao Contrato de Gestão;

O indicador 12 do contrato de gestão prevê a alavancagem mínima para recursos fora do contrato de gestão que é acima de 30% em relação recursos recebidos pelo contrato de gestão para custeio das atividades, não incluindo as despesas com pagamento de pessoal.

Analisando os registros contábeis, o total de recursos financeiros arrecadados fora do contrato de gestão, neste ano de 2025, foi de R\$ 18.021.971,99 (dezoito milhões, vinte e um mil, novecentos e setenta e um reais e noventa e nove centavos). O repasse dos recursos pactuados para o ano de 2025 ocorreu somente no segundo semestre. O atraso nos repasses obrigou o Instituto Mamirauá utilizar uma fração significativa da reserva técnica para cumprimento das obrigações contratuais (folha de pessoal e contratos) e para que as atividades não fossem paralisadas.

1º Subtotal - Alavancagem de Outras Fontes (RAFCG)	18.021.971,99
RECURSOS TRANSFERIDOS PELO CONTRATO DE GESTÃO	
1ª Repasse Contrato de Gestão MCTI do 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão	2.000.000,00
2ª Repasse Contrato de Gestão MCTI do 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão	6.000.000,00
3ª Repasse Contrato de Gestão MCTI do 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão	8.659.067,00
4ª Repasse Contrato de Gestão MCTI do 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão	3.058.029,00
Total Transferido do Contrato de Gestão	19.717.096,00
Despesas de pessoal no período	- 20.410.625,88
2º Subtotal - Valores do C.G. sem pessoal (VTCGG)	- 693.529,88
ALAVANCAGEM FORA DO CONTRATO DE GESTÃO (AMRFCG)	-3,85%

## VIII - Evolução do ativo permanente (imobilizado e intangível) da OS, segregando os investimentos com recursos próprios e do Contrato de Gestão; e

Pela análise efetuada constata-se que a entidade mantém controle segregado dos bens adquiridos com recursos de subvenção/contrato de gestão. Estes bens são registrados na contabilidade e são distinguidos dos bens de outros convênios e bens próprios, por centro de custo.

Os ativos permanentes estão contabilizados a preço de custo e sofrem depreciação linear, conforme taxas abaixo, considerando a natureza do bem. Para aqueles bens registrados no permanente, adquiridos com verbas de subvenções governamentais ou de terceiros, o seu valor residual está registrado em conta do passivo não circulante, na conta de "Subvenções para Investimento a Amortizar" e, na medida das realizações por depreciações, passam a ser reconhecidos na receita do Instituto.

Imobilizado

Bens Adquiridos com Recursos do Contrato de Gestão

Resumo da Movimentação no período

(R\$ Em reais)

Descrição	Nº da conta contábil	Saldo inicial em 31/12/2024	Taxa a.a %	Movimentação no Período			Saldo final em 31/12/2025	%
				Adições	Baixas	Transferências		
TERRENOS	1.2.02.02.01.01	10.000,00	0			-	10.000,00	-
EDIFICAÇÕES	1.2.02.02.01.02	3.125.285,29	1,67			-	3.125.285,29	-
INSTALAÇÕES	1.2.02.02.01.03	210.064,25	10			-	210.064,25	-
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.2.02.02.01.04	4.214.574,34	10	251.808,32	(17.456,03)	-	4.448.926,63	5,56
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	1.2.02.02.01.05	2.516.641,61	20	236.889,77	(3.540,00)	-	2.749.991,38	9,27
VEÍCULOS/EMBARCAÇÕES	1.2.02.02.01.06	6.629.517,93	05/2020	27.000,00	(96.900,00)	-	6.559.617,93	-1,05
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	1.2.02.02.01.07	1.632.929,17	10	233.866,07	(26.386,34)	-	1.840.408,90	12,71
BIBLIOTECA	1.2.02.02.01.08	102.441,90	0			-	102.441,90	-
BENFEITORIA EM PROPRIEDADE	1.2.02.02.01.09	417.287,00	0			-	417.287,00	-
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	1.2.02.02.01.11	3.218.918,09	0	719.972,12		-	3.938.890,21	22,37
<b>Total do Custo</b>		<b>22.077.659,58</b>		<b>1.469.536,28</b>	<b>-144.282,37</b>	<b>-</b>	<b>23.402.913,49</b>	<b>6</b>
(-) EDIFICAÇÕES	1.2.02.02.02.02	(993.667,71)		(51.821,28)			(1.045.488,99)	5,22
(-) INSTALAÇÕES	1.2.02.02.02.03	(182.315,84)		(1.882,80)			(184.198,64)	1,03
(-) MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.2.02.02.02.04	(2.351.848,53)		(264.433,23)	17.379,58		(2.598.902,18)	10,5
(-) COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	1.2.02.02.02.05	(1.722.822,01)		(271.703,82)	3.540,00		(1.990.985,83)	15,57
(-) VEÍCULOS	1.2.02.02.02.06	(546.710,65)		(254.440,14)	96.900,00		(704.250,79)	28,82
(-) MÓVEIS E UTENSÍLIOS	1.2.02.02.02.07	(647.534,41)		(130.226,11)	25.078,44		(752.682,08)	16,24
<b>Total da Depreciação Acumulada</b>		<b>(6.444.899,15)</b>		<b>(974.507,38)</b>	<b>142.898,02</b>		<b>(7.276.508,51)</b>	<b>12,9</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>		<b>15.632.760,43</b>		<b>495.028,90</b>	<b>(1.384,35)</b>		<b>16.126.404,98</b>	<b>3,16</b>

Intangível

		Saldo Inicial em 12/31/2024	Taxa a.a. %	Adições	Baixas	Transferências	12/31/2025	%
DIREITO DE USO SOFTWARE	1.2.02.03.01.01	352.446,69	20	40.549,28	-	-	392.995,97	11,51
Total do custo Acumulada		352.446,69		40.549,28	-	-	392.995,97	
(-) DIREITO DE USO SOFTWARE	1.2.02.03.01.02	(328.577,62)		(14.654,12)	-	-	(343.231,74)	46
Total da Depreciação Acumulada		(328.577,62)		(14.654,12)	-	-	(343.231,74)	
Intangível Líquido		23.869,07		25.895,16	-	-	49.764,23	108,5



Imobilizado

Instituto Mamirauá - Outros Recursos

Resumo da Movimentação no período

(R\$ Em reais)

Descrição	Nº da conta contábil	Saldo inicial em 31/12/2024	Taxa a.a %	Movimentação no Período			Saldo final em 31/12/2025	%
				Adições	Baixas	Transferências		
TERRENOS	1.2.02.02.01.01	0	0	-	-	-	0	-
EDIFICAÇÕES	1.2.02.02.01.02	8.043.252,57	1,67	-	-	-	8.043.252,57	-
INSTALAÇÕES	1.2.02.02.01.03	464.183,58	10	-	-	-	464.183,58	-
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.2.02.02.01.04	3.794.391,96	10	1.584.914,63	(1.120,00)	-	5.378.186,59	41,74
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	1.2.02.02.01.05	1.261.419,34	20	714.122,40	-	-	1.975.541,74	56,61
VEÍCULOS/EMBARCAÇÕES	1.2.02.02.01.06	664.239,00	mai/20	114.670,00	-	-	778.909,00	17,26
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	1.2.02.02.01.07	990.929,12	10	748.269,25	(620,00)	-	1.738.578,37	75,45
BIBLIOTECA	1.2.02.02.01.08	587.575,65	0	-	-	-	587.575,65	-
BENFEITORIA EM PROPRIEDADE	1.2.02.02.01.09	247.713,00	0	-	-	-	247.713,00	-
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	1.2.02.02.01.11	1.198.709,26	0	314.322,99	(148.645,79)	-	1.364.386,46	13,82
<b>Total do Custo</b>		<b>17.252.413,48</b>		<b>3.476.299,27</b>	<b>-150.385,79</b>	<b>-</b>	<b>20.578.326,96</b>	<b>19,28</b>
(-) EDIFICAÇÕES	1.2.02.02.02.02	-2.661.909,87		(127.974,48)	-	-	(2.789.884,35)	4,81
(-) INSTALAÇÕES	1.2.02.02.02.03	-233.277,50		(21.453,96)	-	-	(254.731,46)	9,2
(-) MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.2.02.02.02.04	-1.859.857,81		(331.674,79)	1.120,00	-	(2.190.412,60)	17,77
(-) COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	1.2.02.02.02.05	-933.893,38		(206.353,67)	-	-	(1.140.247,05)	22,1
(-) VEÍCULOS	1.2.02.02.02.06	-221.453,55		(30.616,95)	-	-	(252.070,50)	13,83
(-) MÓVEIS E UTENSÍLIOS	1.2.02.02.02.07	-841.802,28		(54.934,55)	620,00	-	(896.116,83)	6,45
(-) BENFEITORIA EM PROPRIEDADE	1.2.02.02.02.09	-380.525,50		(20.317,08)	-	-	(400.842,58)	5,34
<b>Total da Depreciação Acumulada</b>		<b>-7.132.719,89</b>		<b>(793.325,48)</b>	<b>1.740,00</b>	<b>-</b>	<b>(7.924.305,37)</b>	<b>11,1</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>		<b>10.119.693,59</b>		<b>2.682.973,79</b>	<b>(148.645,79)</b>	<b>-</b>	<b>12.654.021,59</b>	<b>25,04</b>

Intangível

		12/31/2024	Adições	Baixas	Transferências	12/31/2025	
DIREITO DE USO SOFTWARE	1.2.02.03.01.01	196.717,22	59.271,27	-	-	255.988,49	30,13
Total do custo Acumulada		196.717,22	59.271,27	-	-	255.988,49	30,13
(-) DIREITO DE USO SOFTWARE	1.2.02.03.01.02	(129.740,44)	(34.863,82)	-	-	(164.604,26)	26,87
Total da Depreciação Acumulada		(129.740,44)	(34.863,82)	-	-	(164.604,26)	26,87
Intangível Total		66.976,78	24.407,45	-	-	91.384,23	36,44

IX - Acompanhamento de eventuais pendências junto aos órgãos de controle governamentais e externos;

Não consta nenhuma pendência do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, junto aos órgãos de controles governamentais e externos.

X - Acompanhamento de eventuais processos administrativos ou judiciais, civis, trabalhistas ou fiscais;

O Instituto, atualmente, é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos, no valor de R\$ 9.506.509,13, com chances de perda remota, conforme relatório da assessoria jurídica.

Em 2025 foi proferida uma sentença favorável ao Instituto, porém a parte adversa interpôs novo recurso.

XI - Verificação da adequação dos gastos realizados com os objetivos, ações e metas do Contrato de Gestão; e

Foi verificado que, a partir da aprovação da Diretoria, todos os orçamentos são cadastrados no Sistema de Gestão Administrativa Totvs - Linha RM, que controla internamente todos os pedidos de compras realizados, os orçamentos aprovados por projeto e por tipo de despesa, além de auxiliar na gestão dos contratos firmados. Esse sistema agiliza os pedidos de compras e os controla de forma a evitar gastos superiores aos valores aprovados pela Diretoria.

Os orçamentos são cadastrados e vinculados ao centro de custo do projeto, relacionando as linhas de atividades com as respectivas provisões de gastos e também com o gestor responsável pelo projeto. Essa estrutura permite maior controle, rastreabilidade e transparência na execução orçamentária.

As solicitações de compras são inseridas no portal de compras e integradas ao Sistema RM, que é composto pelos módulos de Gestão de Estoque, Compras e Faturamento, Recursos Humanos, Gestão Financeira, Gestão Fiscal, Gestão Patrimonial e Gestão Contábil.

Todas as informações geradas em qualquer módulo são gerenciadas pelo Setor de Controle e Registros Contábeis, responsável pela elaboração dos relatórios e demonstrações contábeis.

Os documentos comprobatórios (notas fiscais, recibos, faturas, comprovantes de pagamento e solicitações de compras) são encaminhados ao Setor de Controle e Registros Contábeis. Após análise e conciliação com os lançamentos registrados no Sistema RM, esses documentos são arquivados em ordem cronológica e identificados por convênios.

Por meio desses controles, é possível identificar e relacionar as linhas de atividades com os respectivos gastos realizados.

Plano de ação do IDSM pactuado com o MCTI (Planejado = P / Executado = E).

Macroprocesso	Pessoal		Pessoa Física		Pessoa Jurídica		Diárias, passagens		Materiais e serviços (custeio)		Capital (Investimento)		Percentual Executado
	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	%
1. Prod. Científica		-	1.899.931,67	1.899.931,67	582.701,74	582.701,74	124.305,51	124.305,51	994.811,44	994.811,44	427.927,45	427.927,45	100
2. Disseminação tecnológica		-	-	-	-	-	8.127,95	8.127,95	2492,32	2492,32	-	-	100
3. Manejo Sustentável		-	45.577,95	45.577,95	216.833,73	216.833,73	89.016,95	89.016,95	313673,07	313673,07	-	-	100
4. Qualidade de vida		-	10.292,85	10.292,85	21.928,82	21.928,82	3.694,25	3.694,25	21448,88	21448,88	-	-	100
5. Tecnologia da gestão		-	8.477,93	8.477,93	147.189,88	147.189,88	27.087,65	27.087,65	176.907,58	176.907,58	6.198,73	6.198,73	100
6. Desenvolvimento Institucional		-	37.615,02	37.615,02	5.653.208,40	5.653.208,40	125.524,75	125.524,75	1.086.655,24	1.086.655,24	1.068.356,79	1.068.356,79	100
7. Ações da diretoria		-	12.913,76	12.913,76	434.576,21	434.576,21	832.753,64	832.753,64	126.763,29	126.763,29	7.602,59	7.602,59	100
8. Pessoal	20.410.625,88	20.410.625,88											100
Total Geral		20.410.625,88		2.014.809,18		7.056.438,78	1.210.510,70		2.722.751,82		1.510.085,56		100,00

Nota Explicativa: O valor repassado, do Contrato de Gestão, para execução das atividades em 2025, foi executado na sua totalidade, ainda sendo necessário a utilização de parte da reserva técnica e saldo do exercício anterior para pagamento de pessoal e atividades básicas.

XII- eficiência da gestão sob os aspectos de economicidade e de necessidade ou relevância das contratações representativas da unidade.

A gestão do Instituto Mamirauá pauta-se por princípios de eficiência, economicidade e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos e privados sob sua administração. Nesse contexto, as contratações realizadas pela unidade demonstram aderência aos critérios de necessidade, relevância e adequação orçamentária, assegurando que cada despesa represente um investimento estratégico para o cumprimento dos objetivos institucionais.

Sob o aspecto da economicidade, o Instituto adota práticas de planejamento e controle que permitem a obtenção do melhor resultado possível com os menores custos, sem comprometer a qualidade e a efetividade das ações. Os processos de aquisição e contratação são baseados em levantamento de preços, cotação entre fornecedores e análise comparativa de propostas, assegurando escolhas vantajosas do ponto de vista técnico e financeiro.

Além disso, a vinculação direta das contratações aos projetos finalísticos, ao plano de trabalho pactuado e às metas institucionais garante que as despesas estejam associadas a ações com impacto mensurável e justificável. A pertinência das contratações é previamente avaliada por comissões técnicas, considerando a necessidade real da demanda, a disponibilidade de recursos e o potencial de contribuição ao cumprimento das finalidades estatutárias.

Com isso, o Instituto Mamirauá reafirma seu compromisso com a gestão eficiente, promovendo contratações alinhadas ao interesse público e à sua missão institucional, com base em critérios objetivos de relevância, utilidade e racionalidade do gasto.